

CHAMADA DE ARTIGOS PARA PUBLICAÇÃO COMO CAPÍTULO EM LIVRO ELETRÔNICO

O Grupo de Pesquisa “*Caleidoscópio Tucuju do Direito: as leis e a garantia dos direitos fundamentais no século XXI*”, vinculado ao Curso de Direito do campus Marco Zero, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), com o intuito de divulgar pesquisas científicas, jurídicas ou não, desde que guardem relação com a temática aqui proposta e, sobretudo, com o intuito de celebrar o ciclo de quatro anos de estudos, está com chamada aberta para o recebimento de artigos para compor o livro eletrônico: **“Elaboração Legislativa e Efetividade de Direitos: o impacto das leis na realidade social”**.

Capítulo I - DO OBJETO

Art. 1º - A presente Chamada visa receber artigos inéditos, que não tenham sido divulgados em outros meios (blogs, sites ou outras publicações), para publicação como capítulo no e-book: “Elaboração Legislativa e Efetividade de Direitos: o impacto das leis na realidade social”.

Capítulo II - DA CONFECÇÃO DOS ARTIGOS

Art. 2º - Os artigos deverão versar sobre a temática da obra “Elaboração Legislativa e Efetividade de Direitos”, tendo em consideração os seguintes aspectos:

§ 1º - Desde a década de 80, diversos países vêm desenvolvendo programas de racionalização da produção legislativa que permitam agregar informações, justificar as escolhas feitas e garantir que os efeitos do ordenamento jurídico sobre a sociedade sejam os mais eficientes e eficazes.

§ 2º - Tais modelos, pensados em sua maioria, para o contexto de países de *common law* (curiosamente os primeiros ao desenvolverem metodologias de avaliação legislativa) e/ou com políticas de boa legislação consolidadas necessitam ser discutidos à luz da realidade brasileira com sua federação complexa e suas demandas nacionais, regionais, locais.

§ 3º - Diante dos efeitos negativos de uma legislação produzida sem planejamento e de forma pouco criteriosa, a preocupação com a qualidade da produção normativa passa a ser prioridade tanto de governos, quanto da sociedade civil que assiste a hibridização das funções dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) em sede de elaboração legislativa, sobretudo no que se refere a

temas que expressam tensões de ordem valorativa, a existência de lacuna, mora legislativa, omissão legislativa e, por fim, ao excesso na produção de atos normativos que culminam por também vulnerabilizar a eficácia dos direitos;

§ 4º - Parte desses perversos efeitos pode ser tributada à insuficiência dos estudos jurídicos destinados à elaboração legislativa. Contemporaneamente, a realidade aponta uma proeminência da atividade legislativa do Poder Executivo e a complexidade da elaboração normativa diante de intersubjetividades, direitos de minorias, multiculturalismo, bem como os avanços tecnológicos em todos os setores da vida humana que culminaram por reclamar, não só um novo olhar sobre a produção do direito, mas de novas formas para gestão de projetos legislativos;

§ 5º - No contexto assimétrico da federação brasileira, alguns direitos e interesses de grande impacto pouco sistematizados, não disciplinados e/ou complexamente articulados com diversos ramos do direito (constitucional, empresarial, econômico, financeiro, tributário, ambiental, administrativo, civil, agroalimentar, minerário, energético) são afetados por defeitos no seu círculo normativo (fase pré-parlamentar até no plano da sua implementação e executoriedade) que vulnerabilizam a segurança jurídica e a confiança nas instituições.

§ 6º - A prática brasileira da gestão pública que produz normas em série, mais adstrita ao mito da “legislação tudo resolve”, além de evidenciar a ausência de instrumental consolidado no ordenamento do sistema jurídico, mostra-se nefasta e variável significativa no Custo-Brasil e na judicialização de políticas públicas.

Art. 3º - As normas para a submissão constam no **Anexo I** deste documento.

Capítulo III – DAS INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Art. 4º - A chamada em questão será dividida em seis etapas, quais sejam:

- I- Inscrição dos artigos;
- II- Avaliação e julgamento dos artigos, pelos pares;
- III- Resultado da avaliação dos artigos, com possibilidade de ajustes aos aprovados;
- IV- Recebimento dos artigos completos, já corrigidos;
- V- Revisão final dos artigos pelo Organizador, Coordenadores e Avaliadores;
- VI- Publicação do livro eletrônico.

Capítulo IV - DA INSCRIÇÃO DOS ARTIGOS

Art. 5º - Os artigos deverão ser entregues por meio eletrônico para o e-mail: caleidoscopiotucujudodireito@gmail.com, nos termos do **Anexo I**.

Art. 6º - Os autores deverão enviar carta de cessão de direitos, ineditismo da pesquisa e autorização de publicação assinada, conforme consta no **Anexo II**.

Art. 7º - Desta Chamada poderão participar autores graduados (qualquer curso superior) e graduandos poderão submeter artigos em coautoria com graduados.

Art. 8º - Cada artigo poderá ter, no máximo, três autores.

Art. 9º - Cada autor/coautor poderá enviar somente um artigo.

Art. 10º - Os artigos que não observarem as especificações desta Chamada serão imediatamente desclassificados.

Art. 11º - O período de inscrição dos artigos neste processo seletivo será de **14/05/2019 (00:00h) a 31/07/2019 (23:55h)**. **(PRORROGADO – ATÉ 31 DE OUTUBRO DE 2019)**.

Capítulo V - DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DOS ARTIGOS

Art. 12º - Os artigos apresentados serão encaminhados para leitura prévia aos pares e, se for o caso, serão reenviados aos autores para eventuais modificações.

Art. 13º – Serão selecionados, no máximo, 20 (vinte) artigos.

§ 1º - A fim de garantir o anonimato no processo de análise e seleção, a composição dos pares avaliadores não será divulgada.

§ 2º - Todos os textos serão analisados criteriosamente por pares com qualificação nas áreas e vinculação a temática da obra.

Capítulo VI - DO RESULTADO DA SELEÇÃO

Art. 14º - O resultado dos artigos selecionados será divulgado até o dia **20/08/2019, via e-mail aos autores e coautores.** (PRORROGADO – RESULTADO NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2019).

Capítulo VII - DA PUBLICAÇÃO DO LIVRO

Art. 15º - A publicação do livro será disponibilizada apenas na versão eletrônica (*e-book*) e terá registro na Biblioteca Nacional (ISBN), para fins de direito.

§ 1º - Por se tratar de uma publicação acadêmica com intuito de promoção total e irrestrita do conhecimento, com utilização de recursos da CAPES, a obra será disponibilizada gratuitamente pelo site da *Initia Via* Editora - <https://www.initiavia.com/> - e não gerará rendimentos ou proventos de nenhuma espécie aos envolvidos (organizadores, coordenadores, autores ou avaliadores).

Capítulo VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16º - A chamada não prevê a cobrança de taxas de nenhuma espécie.

Art. 17º - A participação nesta chamada implica a completa ciência e aceitação tácita dos termos e condições estabelecidos, sobre os quais os autores e coautores não poderão interpor recurso ou alegar desconhecimento.

Art. 18º - Os autores dos artigos selecionados cedem, desde já, a utilização do artigo como capítulo de livro, o uso do nome e das imagens relativas à produção e divulgação para fins de promoção institucional do livro de que esta chamada trata.

Art. 19º - A veracidade das informações, assim como a autoria dos artigos, será de exclusiva responsabilidade dos autores.

Art. 20º - As dúvidas poderão ser solucionadas pelo e-mail: proflinara@gmail.com.

Art. 21º - Os casos omissos serão decididos pelo Organizador da obra.

Macapá-AP, 13 de maio de 2019.

Profa. Dra. Linara Oeiras Assunção

Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Caleidoscópio Tucuju do Direito”

Prof. Dr. Iaci Pelaes dos Reis

Pesquisador do Grupo de Pesquisa “Caleidoscópio Tucuju do Direito”

Organizador do *e-book* “Elaboração Legislativa e Efetividade de Direitos: o impacto das leis na realidade social”



ANEXO I

NORMAS PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS

I) APRESENTAÇÃO DO ARTIGO

- 1) Os artigos deverão ser digitados com fonte tipo *Arial* ou *Times New Roman*, tamanho 12, espaçamento entre linhas 1,5 e texto justificado. A configuração da página deverá ser feita no padrão A4 (210 mm x 297 mm), com margens superior e esquerda de 3 cm e inferior e direita de 2 cm.
- 2) Serão admitidos arquivos com extensões .DOC, .DOCX, sem identificação de autoria, observadas as normas de publicação e os parâmetros de editoração adiante estabelecidos, com o mínimo de 10 e o máximo de 15 páginas.
- 3) As seções iniciais e finais do artigo deverão ser denominadas introdução e conclusão, respectivamente.
- 4) O Título deverá conter, no máximo, 15 (quinze) palavras, incluído o subtítulo (quando houver), realçado em negrito. Título e subtítulo do artigo deverão ter apenas a primeira letra de cada frase em maiúscula, salvo nos casos em que o uso desta seja obrigatório. Exemplo: “Código Civil”.
- 5) O Sumário deverá ser posicionado logo abaixo do título e reproduzir somente número e nome das seções principais que compõem o artigo.
- 6) O Resumo deverá ser um texto conciso (até 150 palavras), redigido em parágrafo único, que ressalte o objetivo e o assunto principal do artigo. A enumeração de tópicos não deve ser usada nesse item. Deve-se, ainda, evitar o uso de símbolos e contrações que não tenham uso corrente e de fórmulas, equações e diagramas.
- 7) Deverão ser indicadas até 5 (cinco) palavras-chave, termos que classifiquem a pesquisa com precisão adequada para sua indexação, separados por travessão.
- 8) As notas de rodapé deverão conter apenas informações complementares e que não poderão ser inseridas no texto. Não deverão ser muito extensas nem deverão conter citações e deverão ser formatadas na mesma fonte do artigo, tamanho 10 pontos, espaçamento entre linhas simples e alinhamento justificado.

9) Os destaques existentes na obra original deverão ser reproduzidos de forma idêntica na citação. Caso não haja destaques no original mas o autor do artigo deseje ressaltar alguma informação, será possível utilizar-se desse recurso atentando-se às normas especificadas abaixo:

- Destaques no original: após a transcrição da citação, empregar a expressão “grifo(s) no original” entre parênteses.
- Destaques do autor do artigo: após a transcrição da citação, empregar a expressão “grifo(s) nosso(s)” entre parênteses.

10) Outros destaques em trechos do texto deverão ocorrer apenas no estilo de fonte itálico e somente nos seguintes casos: 1) expressões em língua estrangeira; e 2) realce de expressões.

11) As citações em língua estrangeira deverão ser sempre traduzidas para o idioma predominante do artigo nas notas de rodapé, acompanhadas do termo “tradução nossa” entre parênteses.

12) Os elementos Título, Sumário, Resumo e Palavras-chave deverão ser obrigatoriamente traduzidos para outro idioma (inglês, francês ou espanhol).

13) As figuras deverão ser numeradas sequencialmente, assim como quadros e tabelas, e deverão ser apresentadas no corpo do texto. Toda figura, quadro e tabela deverá ter título, colocado abaixo de figura e acima de quadro e tabela. Todos os materiais gráficos deverão apresentar resolução mínima de 300 dpi, com extensão .jpg.

14) As páginas não deverão ser numeradas.

15) Os autores deverão indicar o órgão financiador da pesquisa, se houver, e se o projeto passou por Comitê de Ética da área.

II) NORMAS EDITORIAIS

1) Todas as colaborações deverão ser enviadas para o e-mail: caleidoscopiotucujudodireito@gmail.com.

2) Em um arquivo à parte os autores deverão enviar o título do artigo, o(s) nome(s) completo(s) (sem abreviações), a formação acadêmica, o vínculo institucional, o cargo ou função que desempenham, endereço para correspondência e e-mail.

3) Deverá ser encaminhada, ainda via e-mail, uma carta de submissão assinada por todos os autores do artigo em que conste o ineditismo da pesquisa, conforme o Anexo II.

- 4) O Organizador e os Coordenadores se reservam o direito de efetuar, nos originais, alterações de ordem normativa, ortográfica e gramatical, com vistas a manter o padrão culto da língua, respeitando, porém, o estilo dos autores.
- 5) Os autores assumirão a responsabilidade das informações e dos dados apresentados no manuscrito. Os originais não serão devolvidos aos autores.
- 6) As opiniões emitidas pelos autores dos artigos serão de sua exclusiva responsabilidade.

III) CITAÇÕES

O sobrenome do autor fora de parênteses deverá ser escrito com a primeira letra maiúscula e o restante em minúscula e, dentro de parênteses deverá ser todo em letras maiúsculas. As citações no texto deverão ser feitas pelo sistema autor-data (NBR 10520 – ago. 2002). As citações diretas deverão vir entre aspas e acrescido o número da página e citações com mais de três linhas deverão apresentar recuo de 4 cm, letra menor que o texto, sem aspas. Em citações de citações deverá ser utilizada a palavra *apud* e a obra original a que o autor consultado estará se referindo deverá vir em nota de rodapé.

Exemplos:

- 1) Citação direta: Segundo Carvalho e Silva (1996, p.68) “ler para aprender, no entanto, é tarefa complexa” e, ao contrário do que pensam muitos professores do ensino superior, cabe a esse nível de ensino a tarefa de melhorar a competência em leitura.
- 2) Citação direta com mais de três linhas:

A discussão sobre a relação educação-meio ambiente contextualiza-se em um cenário atual de crise nas diferentes dimensões, econômica, política, cultural, social, ética e ambiental (em seu sentido biofísico). Em particular, essa discussão passa pela percepção generalizada, em todo o mundo, sobre a gravidade da crise ambiental que se manifesta tanto local quanto globalmente. (GUIMARÃES, 2000, p.15).

- 3) Citação indireta: Segundo Fusari *et al.* (1990), a alteração que transformou o curso Normal em Habilitação Profissionalizante ao Magistério trouxe importantes consequências para a formação de professores.
- 4) Citação de citação: A linguagem só pode ser analisada em seu vínculo com a vida e história (BAKTIN *apud* FREITAS, 2005).

IV) REFERÊNCIAS

As referências citadas deverão ser apresentadas em ordem alfabética no final do texto, segundo a norma NBR 6023 (nov. 2018).

Exemplos:

Livro: LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. 99 p.

Mais de três autores: FUSARI, J. C. et al. **O professor de primeiro grau**: trabalho e formação. São Paulo: Loyola, 1990. 85 p.

Capítulo de livro: MANZANO, M. A.; DINIZ, R. E. S. A temática ambiental nas séries iniciais do ensino fundamental. In: NARDI, R.; BASTOS, F.; DINIZ, R. E. S. **Pesquisa em ensino de ciências**: contribuições para a formação do professor. São Paulo: Escrituras, 2004. p.153-172.

Artigo de periódico: FREITAS, M. T. A. Sites construídos por adolescentes: novos espaços de leitura/escrita e subjetivação. **Cad. Cedes**, v. 25, n. 65, p. 87-101, jan./abr. 2005.

Monografia, Dissertação ou Tese: CAMPOS, M. F. C. **Educação ambiental e paradigmas de interpretação da realidade**: tendências reveladas. 2000. 389 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

Trabalho apresentado em evento: LOPES, A. C.; GOMES, M. M.; LIMA, I. D. S. Diferentes contextos na área de ciências da natureza, matemática e suas tecnologias dos parâmetros curriculares nacionais do Ensino Médio. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 3., 2001, Atibaia, **Anais...** Atibaia: Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, 2001. CD-ROM.

Periódico on-line: AZANHA, J. M. P. Parâmetros curriculares nacionais e a autonomia da escola. **International Studies on Law and Education**, 2001. Disponível em: <http://www.hottopos.com/harvard3/zemar.htm>. Acesso em: 16 jun. 2002.

Documento jurídico: BRASIL. Ministério da Educação. Propostas de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica em curso de nível superior. Brasília: MEC, 2000. 86p. PARANÁ. **Lei complementar, nº 103 de 15 de março de 2004**. Institui e dispõe sobre o plano de carreira do professor da rede estadual de Educação Básica do Paraná. Diário Oficial [do] Estado do Paraná, Curitiba, n. 6687, 15 mar. 2004.

ANEXO II

CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO EM MEIO ELETRÔNICO

Eu,....., inscrito(a) no CPF sob nº....., portador da cédula de identidade nº....., expedida por....., pelo presente termo, autorizo o **Organizador Prof. Dr. Iaci Pelaes dos Reis (representando o Grupo de Pesquisa “Caleidoscópio Tucuju do Direito: as leis e a garantia dos direitos fundamentais no século XXI”)**, a publicar no e-book “**Elaboração Legislativa e Efetividade de Direitos: o impacto das leis na realidade social**” o artigo intitulado “.....
.....
.....
.....”, de minha autoria, cedendo-lhe(s), a título gratuito e em caráter definitivo, os direitos autorais patrimoniais dela decorrentes.

Declaro que a obra cedida é inédita e de minha autoria e que assumo, portanto, total responsabilidade pelo seu conteúdo.

Autorizo, ainda, a publicação por meio do site da *Initia Via* Editora ou outro site que os organizadores julguem apropriados, bem como a comunicação ao público, a edição, a reedição ou a adaptação e a distribuição gratuita.

Por ser verdade, firmo o presente e dou fé.

Macapá, ... de ... de 2019.

Assinatura